

AS RELAÇÕES ECONÓMICAS AFRO-ÁRABES

As relações afro-árabes ⁽¹⁾ assentam em fundamentos ideológicos e políticos, mas para a sua concretização é necessário colocar os recursos naturais e humanos ao serviço do progresso geral dos povos.

Antes de apontar quaisquer perspectivas para uma futura cooperação é indispensável conhecer a história das relações arábico-africanas, a sua amplitude actual e os circuitos por onde transitam os dinheiros árabes.

⁽¹⁾ Comunicação apresentada à Conferência de Solidariedade Afro-Árabe realizada em Luanda de 6-9 de Dezembro de 1981.

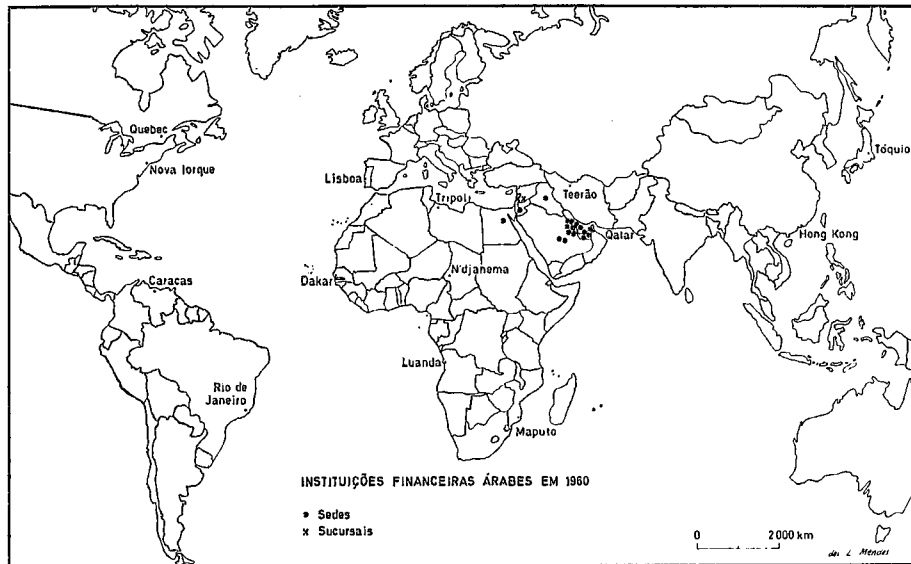


Fig. 2

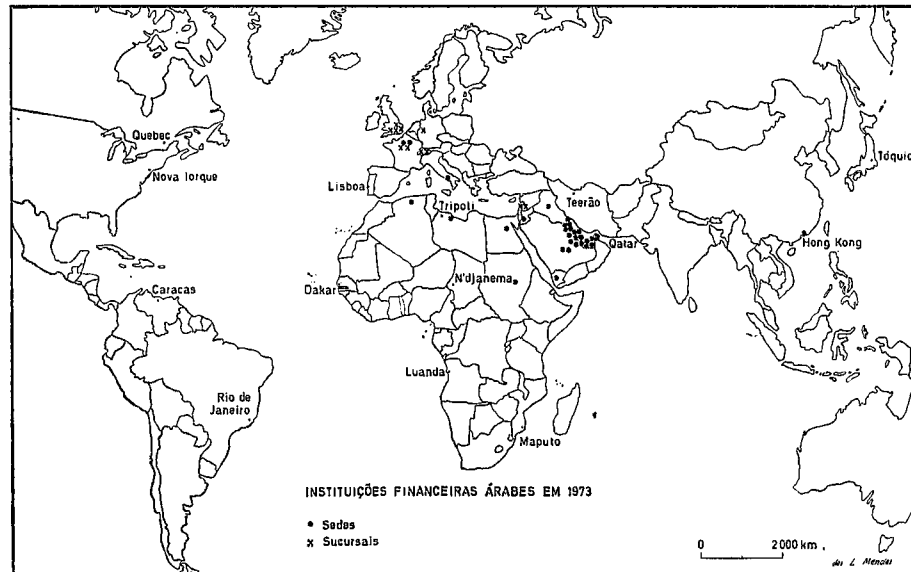


Fig. 3

Com uma política particularmente liberal em todos os domínios, no período 1950-1966, o Líbano constituía o centro financeiro mais importante do mundo árabe. Além do seu liberalismo económico, da clemência do seu sistema fiscal, do segredo bancário absoluto e da sua neutralidade política outros factores contribuíram para esta posição: o afluxo de capitais provenientes de países árabes que procederam a nacionalizações e confiscos; as decepções e perdas provenientes da desvalorização do dólar que levaram a população a guardar a sua liquidez em moeda libanesa.

Abalado este prestígio pela falência do Banco Intra em 1966, as instituições financeiras reduziram-se e os bancos estrangeiros aproveitaram a situação para drenar os seus depósitos. Por sua vez o Estado decidiu sanar o sistema bancário obrigando os estabelecimentos que se encontravam em situação difícil a fechar e os outros a fundirem-se. Paralelamente, para readquirir a confiança do público, o governo libanês criou o Instituto de Garantia dos Depósitos que, apesar dos esforços governamentais, detinha 51% de capital estrangeiro.

O Koweit que viu nascer o seu primeiro banco em 1952 — Banco Nacional do Koweit com um capital de um milhão de libras — assistiu na década de sessenta a uma expansão na qual se destacaram o Banco Comercial, o Banco do Golfo, o Al Ahli Bank, o Banco Koweit e o Banco do Médio Oriente, detentores de depósitos rondando os 800 milhões de dinars koweitanos em 1970.

Na Arábia Saudita o sistema bancário não se desenvolveu com a mesma rapidez e eficácia que no período anteriormente analisado, ainda que a Agência Monetária tenha sido criada em 1952. Só em 1968 foi fundado o Banco Central do Koweit e além deste existiam em 1970 dois que asseguravam em cerca de 60% da actividade bancária: o Banco Nacional Comercial e o Riyad Bank. Outros três bancos árabes, dois americanos, três europeus, um iraniano e um paquistanês constituíam o restante equipamento bancário.

Dentre os países árabes de economia liberal merecem menção os Emiratos do Golfo, o Abou Dhabi, Dubai, Qatar e o Bahrein pela sua total ausência de legislação regulando a actividade bancária e pelo desenvolvimento que esta apresenta em relação à sua população.

Apesar deste movimento expansionista do sistema bancário as relações financeiras entre os países árabes mantiveram-se limitadas. Alguns bancos comerciais da Jordânia e do Egipto procuraram estender a sua rede ao mundo árabe mas estas atitudes não passaram de iniciativas isoladas. É o Koweit, talvez pela grande liquidez dos seus bancos em relação ao total da população, que inicia na década de sessenta a ajuda aos países irmãos em maiores dificuldades, com a criação, em 1961, do Koweit Fund for Arab Economic Development (KFAED) e do Arab African Bank, em 1964. O primeiro efectua empréstimos aos países do Magreb, Egipto, Sudão e Jordânia e o segundo tem como objectivo auxiliar o desenvolvimento industrial dos países árabes e africanos.

Até 1970 a actividade bancária internacional era limitada e só os grandes estabelecimentos se instalaram na Europa: o Arab Bank da Jordânia que abriu agências em Frankfurt, Londres e Zurique, o Banco Libanês do Comércio que instalou sucursais em Gêneze e Paris e o Rifaïdan Bank, do Iraque, que se implantou em Londres. Estas novas instituições não desenvolveram actividades autónomas ou de fundos comerciais importantes mas limitaram-se a operações exteriores confiadas pela sede e atraíram montantes significativos da burguesia árabe. Além desta iniciativa os países tentaram ainda adquirir um papel activo na mobilização e colocação das suas disponibilidades financeiras pelo que se estenderam aos países europeus sob a forma de consórcios. O primeiro país europeu a beneficiar desta experiência foi a França, que viu aparecer em Paris, em 1969 o Banco Franco-Árabe de Investimentos Internacionais (Franbank) e a União dos Bancos Árabes e Franceses (UBAF).

Nas relações interárabes foram, mais uma vez, as instituições financeiras koweitanas que se mostraram mais activas: o Koweit Investment Company, criado em 1962, com uma participação governamental de 50 %, o Koweit Foreign Trading Contracting and Investment Company fundado em 1969 com uma participação do Estado de 80 % e que manifestaram a sua vocação de investir um pouco por todo o mundo. Por seu turno o United Bank of Koweit, instalado em Londres em 1966, e o Al Ahli Bank, criado dois anos mais tarde, passaram a assegurar as transacções financeiras internacionais.

Apesar das divergências políticas no seio do mundo árabe assiste-se nos anos setenta ao desenvolvimento duma política de ajuda aos países irmãos menos favorecidos, sob a forma de investimentos ou empréstimos. Este movimento, justificado pela acumulação crescente de capital dos países produtores de petróleo, origina o aparecimento de instituições de ajuda ao desenvolvimento, criadas pela iniciativa dum país ou associação de países.

O principal produtor de petróleo dos Emiratos Árabes Unidos, o Abou Dhabi, criou em 1971 o seu próprio fundo de desenvolvimento — Abou Dhabi Fund for Economic and Social Development, com um capital social de 500 milhões de dólares — que se destina a operar em todo o mundo árabe, África e Ásia. No mesmo ano a Líbia fundou o Libyan Arab Foreign Bank que constitui a instituição técnica e financeira mais importante de ajuda ao Terceiro Mundo.

Sob a forma de associação surgiu ainda em 1971 o Arab Fund for Economic and Social Development com sede no Koweit e em 1974 o Arab Investment Company em Riyyad e o Banco Islâmico para o Desenvolvimento. Todos eles têm uma esfera de acção limitada à comunidade islâmica, e procuram combinar os recursos financeiros árabes com a tecnologia estrangeira.

A década de setenta (fig. 4) foi ainda marcada por uma expansão da rede bancária fora do mundo árabe, traduzida na abertura duma filial do UBAF, Lta. em Londres e na criação da União de Bancos Árabes e Europeus em Roma, do Arab International Bank com sede

em Luxemburgo, da União de Bancos Árabo-Nipónicos em Hong-Kong e Tóquio. O número de sucursais aumenta a um ritmo elevado e só em Paris, em 1980, existiam 35 filiais de bancos árabes.

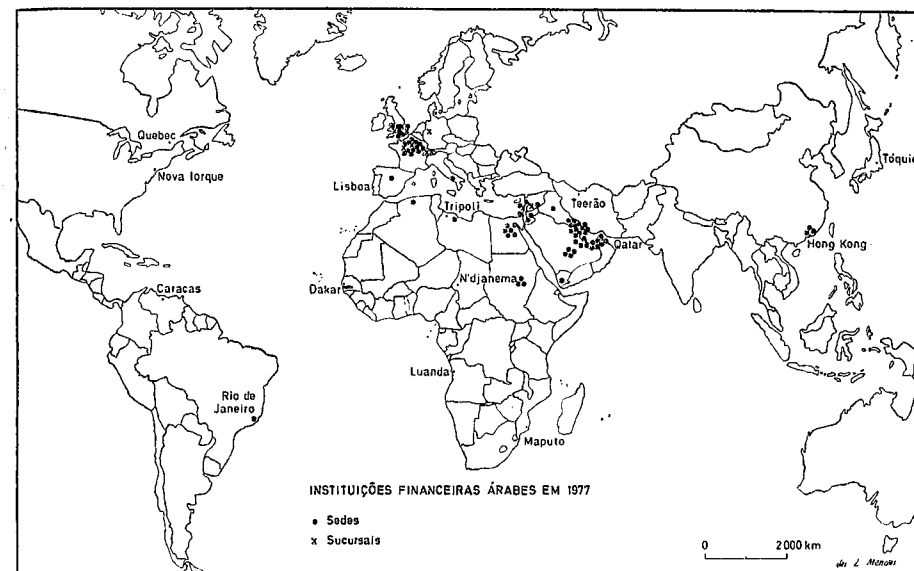


Fig. 4

A COOPERAÇÃO ECONÓMICA AFRO-ÁRABE

Não obstante as relações económicas afro-árabes se reportarem a um passado longínquo (comércio do ouro e do marfim), o movimento expansionista das instituições financeiras não atinge como se viu o Terceiro Mundo, em especial a África. A cooperação em matéria de ajuda entre países africanos e árabes só adquiriu relevo a partir de 1974. Os estabelecimentos financeiros árabes de vocação africana são raros e os existentes efectuam empréstimos insignificantes aos países da África ao Sul do Saara. A título de exemplo mencione-se que a ajuda bilateral dos produtores de petróleo em 1970-74 se destinou, em cerca de 89 %, para países fronteiros a Israel (Egipto, Síria e Jordânia) enquanto os restantes países receberam apenas 1,4 %, repartidos pelo Senegal, Madagáscar, Uganda, Chade e Mali.

Esta situação deve-se fundamentalmente à cooperação que Israel, desde os anos sessenta, vinha desenvolvendo nos domínios agrícola e militar com vinte e um países da África ao Sul do Saara. A viragem nas relações dos países africanos com Israel ocorre após a Guerra dos Seis Dias, quando Sekou Touré manifestou a sua solidariedade com os povos árabes. Seguem-se as condenações ao sionismo feitas pelo Uganda,

Chade, Congo, Níger, Mali e Burundi e, após a guerra do Kippur, o Zaire, o Ruanda, Benin, Alto-Volta, Camarões, Tanzânia, Guiné Equatorial, Madagascar, República Centro Africana, Serra Leoa, Etiópia, Nigéria, Gambia, Zâmbia, Gana, Quênia, Libéria e o Botswana rompem com Israel. O último bastião da amizade com este país é constituído pelo Senegal, Gabão e Costa do Marfim que acabam por capitular com a crise do petróleo.

Na sexta cimeira árabe, reunida em Argel, são acordadas diversas medidas de apoio aos países africanos, nomeadamente a abertura dum Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África (BADEA), encarregado de coordenar a cooperação multilateral. Esta torna-se difícil na medida em que os países árabes manifestam um desconhecimento preciso da África ao Sul do Saara, nomeadamente das suas prioridades.

A partir de 1974 as afirmações de solidariedade são acompanhadas dum abertura de várias instituições financeiras de apoio a África, mas apesar deste esforço o apoio árabe aos países africanos é ainda reduzido.

A leitura da figura 5, onde se registaram os totais dos financiamentos a África, sob a forma de ajuda, mostra que o Banco Mundial e a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) ocupavam um papel dominante nas concessões feitas a vinte e um países africanos.

A importância que os restantes financiamentos para projectos de desenvolvimento adquiriram explica-se por razões de natureza vária: na área do Sahel a instituição mais representada é o Club do Sahel, organização multilateral constituída, em 1972, pelos países membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) e da OCDE para lançar novas iniciativas na luta contra a seca. O total dos auxílios já concretizados elevava-se a 1049,9 milhões de dólares em 1977 contra 755 contabilizados em 1974. Os principais beneficiados foram o Mali (18,2%), o Alto-Volta (16,9%), o Senegal (15,8%) a Mauritânia (12,3%) e o Níger (12,2%), enquanto Cabo Verde, Chade e Gâmbia recebiam no conjunto 24,6%. Com excepção da Mauritânia, em todos eles o Club do Sahel constitui a fonte de financiamento mais importante.

A África é ainda um parente pobre na distribuição de eurocréditos pois, por um lado, os estados recém-independentes receiam deixar aos bancos estrangeiros um acesso insuficientemente limitado à sua economia nacional e pensam que os bancos internacionais constituem uma ameaça aos pequenos estabelecimentos locais. Por outro lado, os investidores querem evitar riscos e por essa razão só investem em projectos específicos e em países cuja solvência seja garantida.

Quanto à repartição geográfica dos eurocréditos expressos nas estatísticas do Banco Mundial, a figura 5 revela que eles estão bem representados nos países que auferem uma estabilidade política e recursos naturais suficientemente explorados para garantir o equilíbrio da balança de pagamentos e a sua solvência — Argélia, Sudão, Costa do Marfim, Gabão, Guiné, Senegal, Zaire e Zâmbia. Apesar de terem beneficiado deste modo de funcionamento, a figura não os regista para a Tunísia,

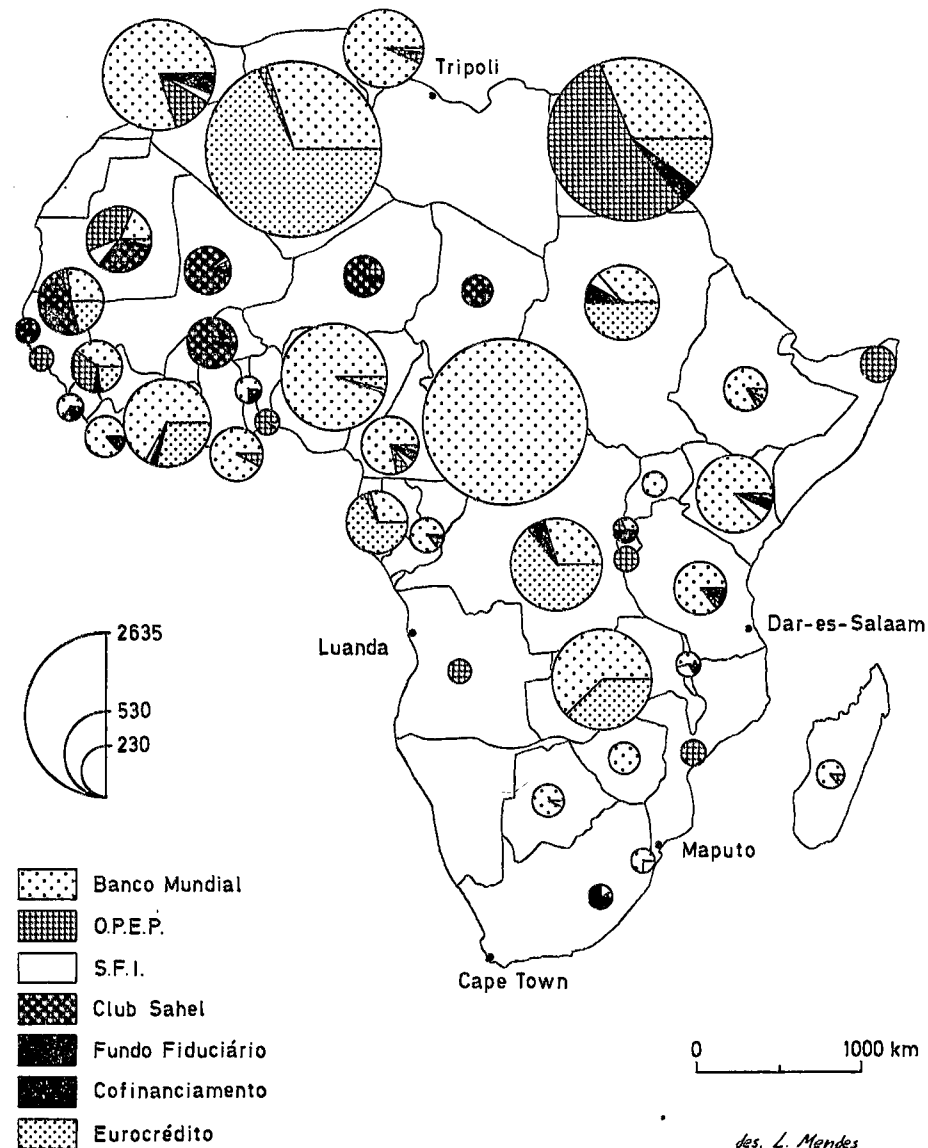


Fig. 5 — Financiamentos para projectos de desenvolvimento, em África, em biliões de dólares.

Marrocos, Congo, Gana e Libéria pois os quantitativos não figuram nas fontes consultadas.

Os auxílios provenientes do Fundo Fiduciário e do Cofinanciamento são insignificantes e correspondem apenas a 2,4 % do total para África.

No que se refere aos mecanismos de financiamento árabe interessando aos países africanos, o quadro I, elaborado de acordo com os agrupamentos propostos pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento, confirma o aparecimento da maioria posteriormente a 1974 (66,6 % do total) e a comparação deste com os investimentos efectuados evidencia a reduzida importância que os países árabes têm na cooperação económica com os países africanos.

Num total de 16 698,3 milhões de dólares que em 1976 constituíram os financiamentos para projectos de desenvolvimento os países árabes colaboraram com 1,5 % (*). Apesar desta baixa percentagem, em relação ao total, os empréstimos da comunidade islâmica eram preponderantes na Somália, no Egipto, na Mauritânia, na Guiné-Conacry, Guiné-Bissau, Benin, Burundi e em Angola e Moçambique.

Será difícil e talvez pouco oportuno fazer uma análise exaustiva dos auxílios concedidos por todas as instituições financeiras árabes operando em África mas não deixa de ser interessante analisar a acção desempenhada pelos organismos criados especificamente para desenvolver relações afro-árabes — Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África (BADEA), o Fundo Árabe Especial para Ajuda a África (FASA), o Banco Árabe Africano Internacional (AAIB) e a Companhia Afro-Árabe para Investimentos e Comércio Internacional (AFARCO).

O BADEA é o mais importante e tem como objectivo encorajar o desenvolvimento económico da África através de empréstimos a longo prazo e incitar os capitais árabes a participar em projectos e facilitar o auxílio técnico necessário. A sua originalidade assenta no facto de ser a única instituição árabe-africana de cooperação multilateral e dos recursos, exclusivamente de origem árabe, não poderem beneficiar senão os países africanos. A sua formação ficou a dever-se a deztoze países das quais a Arábia Saudita e a Líbia são maioritários. Em 1977 o BADEA tinha intervindo em 26 projectos que absorveram 186 milhões de dólares, mas todos eles relativos a desenvolvimento rural, alimentação e infra-estruturas. Citem-se, por exemplo, a sua contribuição para a construção da barragem de Sélingué no Mali, do porto de Douala, da rede de estradas do Niger, de projectos pecuários no Senegal.

O Fundo Árabe Especial para Ajuda a África (FASA) foi criado pelos ministros da OPEP e pelo comité petrolífero da OUA em 1974. O seu objectivo é o de facilitar o financiamento para compra de petróleo e desenvolvimento dos recursos petrolíferos nos países africanos. É inte-

(*) Contudo o Presidente do Fundo Monetário Árabe para o Desenvolvimento Económico de África afirmava que as ajudas árabes aos países africanos entre 1973-80 totalizaram 5700 milhões de dólares, dos quais 1400 milhões foram concedidos em 1980.

QUADRO I

Mecanismos de financiamento árabe interessando África

	Ano de criação	Campo de operação
I. Fundos e Bancos de Desenvolvimento		
a) Nacionais		
— Fundos do Koweit para o Desenvolvimento Económico Árabe	1961	Terceiro Mundo
— Fundo d'Abou-Dhabi para o Desenvolvimento Económico Árabe	1971	Região Árabe África, Ásia
— Fundo Sudanês para o Desenvolvimento	1974	Terceiro Mundo
— Fundo Iraquiano para o Desenvolvimento Exterior	1974	Terceiro Mundo
b) Multinacionais		
— Fundo Árabe para o Desenvolvimento Económico e Social	1971	Região Árabe
— Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico de África	1973	África com exclusão dos países de língua Árabe
— Fundo Árabe de Assistência Técnica	1974	Países Árabes e Africanos
— Banco Islâmico para o Desenvolvimento	1974	Países Árabes
— Conta Especial da OPEP	1974	Países Árabes e não produtores de petróleo
— Fundo Árabe Especial para Ajuda a África	1974	África
— Fundo Especial da OPEP	1976	Terceiro Mundo
— Fundo Monetário Árabe	1976	Países de língua Árabe
II. Organismos de investimentos		
a) Nacionais		
— Kuwait Investment Co	1961	Todo o Mundo
— Kuwait Foreign Trading contracting and Investment Co	1965	Todo o Mundo
— Libyan Arab Foreign Bank	1972	Terceiro Mundo

	Ano de criação	Campo de operação
b) Multinacionais		
— Banco Árabe-Africano Internacional	1964	Países Africanos
— Sociedade de Garantia dos Investimentos Interárabes	1971	Países Árabes
— Banco Internacional Árabe	1972	Região Árabe
— Sociedade Afro-Árabe de Investimentos e Comércio Intercontinental	1972	Países Árabes e Africanos
— Sociedade de Investimentos Árabes	1974	Países Árabes
— Banco Árabe para o Investimento e Comércio Externo	1974	Países Árabes e Africanos
— Arab International Finance Co	1974	Médio Oriente
— First Arab Corporation	1974	Todo o Mundo
III. Instituições de financiamento árabes com participação dos países industrializados		
— União dos Bancos Árabes e Franceses	1970	Todo o Mundo
— Banco Franco-Árabe de Investimentos Internacionais	1969	Países Árabes
— Arab Finance Corporation SA	1974	Todo o Mundo
— Banco de Investimentos e de Financiamento	1974	Médio Oriente
— Saudi International Bank	1975	Todo o Mundo
— Banco Franco-Argelino	1975	Países Mediterrânicos
IV. Instituições financeiras bilaterais associando um país árabe e um país em desenvolvimento		
— Sudan-Kuwait Investment Co	1973	Sudão
— Egypt-Kuwait Investment Co	1974	Egipto
— Sudan Kuwait Building Co	1974	Sudão
	1974	Egipto
— Banco Senegal-Kuwait	1974	Senegal
— Saudi-Egyptian Industrial Investment Company	1975	Egipto e Arábia Saudita
— Saudi-Egyptian Reconstruction Co	1975	Egipto
— UAE-Sudan Investment Co	1975	Projectos Agrícolas do Sudão
— Gulf Organisation of Development in Egypt	1976	Egipto
— Faisal's Islamic Egyptian Bank	1977	Egipto

ressante notar que, em 1977, os estados que tinham recebido maior contribuição do FASA eram as antigas colónias portuguesas.

O Banco Árabe Africano Internacional foi fundado em 1964, no Cairo e pretende ser um elo económico e financeiro entre os países árabes e africanos, financiando projectos de desenvolvimento e efectuando operações de bancos comerciais. Dentre os projectos já financiados citem-se a fábrica de açúcar do Sudão, os transportes no Egipto, na Argélia, no Chade, na Etiópia, Quênia, Tunísia e Zâmbia.

A Companhia Afro-Árabe para Investimento e Comércio Internacional foi fundada em 1972, com sede no Koweit, e é dos quatro a menos importante. A sua acção estende-se apenas à construção duma fábrica de curtumes no Uganda, do complexo administrativo do Cairo e de construções de edifícios na Mauritânia e no Senegal.

Dentre os países que forneceram uma ajuda económica apreciável distinguem-se a Arábia Saudita, o Koweit e a Líbia, que se tornou nos últimos anos a mais importante fonte de auxílio aos países africanos. A análise dos financiamentos por países e sua distribuição espacial é um tema difícil de tratar dada a escassez de fontes estatísticas relativas a esta matéria. Contudo não deixa de ser interessante registar graficamente os países auxiliados pelos árabes produtores de petróleo. A figura 6 mostra a preponderância de auxílios aos países fronteirais a Israel e aos localizados no Saara. Fazem excepção os financiamentos feitos pelo Irão ao Zaire, e pela Arábia Saudita ao Uganda. A Líbia evidencia-se na forma como distribui a ajuda financeira pois é o único país que penetra verdadeiramente no continente africano.

A FUTURA COOPERAÇÃO ÁRABE-AFRICANA

O preço do petróleo e os níveis de produção evoluem de modo imprevisível, mas, mantendo-se a taxa de crescimento dos últimos anos, é de prever que os estados árabes venham a ter reservas tais que se destaquem na cena económica mundial.

Os países produtores de petróleo parecem decididos a investir ao máximo nas economias nacionais de modo a superarem os baixos níveis de desenvolvimento em que se encontram. Para tal estão a investir em indústrias diversificadas, a desenvolver o sector agrícola e infra-estruturas; apesar da grandiosidade dos seus programas, a reduzida população da maior parte deles não lhes permite absorver a totalidade das suas reservas. Os excedentes serão atraídos por investimentos no mundo ocidental, mas a verdade é que se assiste também a uma tendência para ajudar os países árabes menos privilegiados e com capacidade para absorver financiamentos. A cooperação inter-árabe, que ainda está no início, continuará pois a desenvolver-se enquanto a afro-árabe constitui um verdadeiro desafio da história.

Os países árabes e africanos habituaram-se, mercê de condicionantes históricas, a comercializar com o Ocidente que explorava as suas riquezas. A inflexão destes fluxos não se pode concretizar apenas por

discursos e encontros internacionais. Para além duma vontade política é necessário definir uma estratégia, que se concretizará dia a dia, pelo desenvolvimento de trocas comerciais, relações de cooperação bilateral, canalização dos conhecimentos adquiridos pelos árabes nos países industrializados para os africanos, adopção de atitudes comuns para resolver problemas comuns, nomeadamente no que se refere à implementação da nova ordem internacional como forma de luta contra o imperialismo.

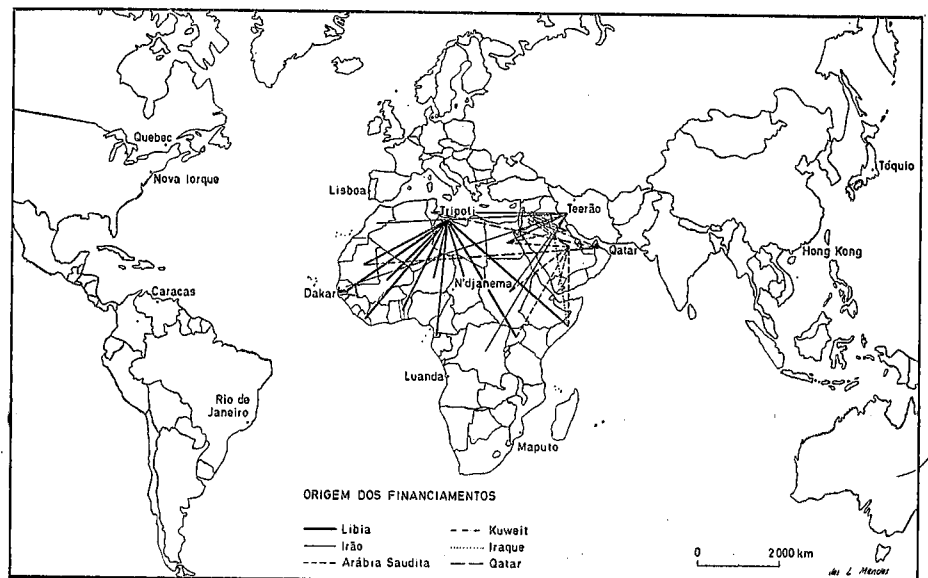


Fig. 6

Os elementos que poderão ser motor de arranque são numerosos: a África ao Sul do Saara dispõe de vastos recursos naturais que não existem no mundo árabe, pelo que poderá tornar-se o fornecedor de produtos alimentares e matérias-primas necessárias à sua industrialização. Os produtores de petróleo poderão, por seu turno, financiar o desenvolvimento agrícola e exploração de recursos mineiros, e as trocas de informação e o estabelecimento de serviços comuns para o comércio internacional poderão ser elementos essenciais para acelerar o desenvolvimento dum sistema económico mais justo e apropriado às necessidades básicas dos africanos. Contudo, a cooperação não deve limitar-se aos aspectos económicos, facilmente quantificáveis, mas deverá considerar as realizações culturais cujos resultados não se fazem sentir senão a longo prazo e que se referem à criação de programas educativos e sociais. Esta opção cultural é indispensável a uma acção global que permite responder às aspirações dos povos africanos numa perspectiva

da nova ordem económica internacional e que, além do restabelecimento das relações entre países, afirma a aspiração a uma autêntica solidariedade concebida como o querer viver em comum.

MARIA CLARA MENDES